



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOUTIM**

### **ACTA N.º4/2007**

*Da sessão pública ordinária da Assembleia Municipal de Alcoutim*

*Realizada em 28 de Setembro de 2007*

----- Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano dois mil e sete, no Edifício da Junta de Freguesia de Martim Longo, pelas dezassete horas e trinta minutos iniciou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo Dr. Abílio Marques Pires. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa procedeu de imediato à chamada, verificando-se a ausência do Vogal Sr. Dr. José Mateus Cavaco Silva, da Bancada do Partido Socialista (PS). O Vogal não apresentou nenhum documento para justificação da falta. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a Acta da sessão número 3/2007, realizada dia 29 de Junho, cujo texto foi previamente distribuído pelos Srs. Vogais. Posta a Acta à votação, a Assembleia Municipal aprovou-a por maioria, com quatro abstenções dos Vogais Srs. Victor Teixeira, António Pinho, da Bancada do (PSD), Idalécio Jacob e Humberto Costa, da Bancada do PS, por não estarem presentes na reunião anterior. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para referir a necessidade de eleger um membro para integrar a mesa da Assembleia, visto que é obrigatório, como órgão colegial, a mesa ser constituída por três elementos. Continuou referindo que, respeitando o princípio da representatividade/proporcionalidade, deverá ser proposto um elemento da Bancada do PSD para representar a 2.<sup>a</sup> Secretária em falta, proposta que foi aprovada, por unanimidade. A Bancada do PSD nomeou para 2.<sup>a</sup> secretária, em substituição da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Paula Teixeira a Vogal Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Graça Pereira. De seguida referiu a necessidade da inclusão de uma proposta apresentada pela Câmara Municipal, no ponto dos “Assuntos Diversos”, referente à participação variável do IRS, tendo suspenso a sessão durante 5 (cinco) minutos para análise do documento. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que não é um assunto urgente, uma vez que tem como prazo o dia 31 de Dezembro, contudo a Autarquia encontra-se a elaborar o orçamento e é necessário a definição desta matéria atempadamente. Continuou, referindo que a nova lei das finanças locais permite que os Municípios aumentem a sua receita através da percentagem de IRS cobrado, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade, dispensar esta receita extraordinária a favor dos seus munícipes, que assim verão reduzida em 5% a colecta do seu IRS, de modo a combater a desertificação e interioridade do concelho, uma vez que a maioria da população tem dificuldades financeiras. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, integrar a proposta referente à participação variável do IRS, no ponto dos Assuntos Diversos na ordem de trabalhos. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa falou da correspondência recebida,

mencionando que a mesma se encontra disponível para ser consultada pelos membros da Assembleia Municipal, caso o entendam fazer. -----

----- No período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa interveio para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. Francisco Amaral, em nome de todos os Vogais da Assembleia, as aguarelas alusivas ao concelho, oferecidas pela Autarquia e de imediato concedeu um período para apreciação e discussão de assuntos de interesse local, tomando da palavra o Vogal Sr. Dr. Paulo Pina, da Bancada do PSD, para agradecer a oferta feita pelo Município, e que as aguarelas deveriam retratar igualmente outras localidades do concelho, tendo de seguida solicitado esclarecimentos sobre a eventual doação da Escola Primária de Giões. -----

----- O Presidente da Mesa, Dr. Abílio Marques Pires, usou da palavra para endereçar uma palavra de apreço relativamente à organização das 56.<sup>a</sup> (quinquagésimas sextas) Festas de Alcoutim, que decorreram nos dias 12, 13, 14, 15 e 16 de Setembro, contudo realçou que as mesmas devem ser melhoradas em alguns aspectos na área da cultura, para além da animação e do convívio. Solicitou de seguida esclarecimentos relativamente ao Plano Rodoviário Nacional, nomeadamente sobre a sua aprovação e inclusão da ponte Alcoutim/San Lucar. Finalizou a sua intervenção questionando o Sr. Presidente sobre a aprovação da Reserva Natural do Baixo Guadiana e referiu que é da opinião que o ambiente será um dos vectores importantes da vida, da sociedade e da economia e por isso espera que a criação da mesma não seja mais um impedimento nas actividades económicas prescindíveis ao desenvolvimento do concelho. -----

----- O Vogal Sr. Victor Teixeira, da Bancada do PSD, interveio para endereçar os parabéns ao Sr. Presidente pelo sucesso da Praia Fluvial, uma vez que se verificou uma enorme afluência de turistas nacionais e espanhóis, no Verão passado, tendo sido a mesma um pólo dinamizador da Vila de Alcoutim, nomeadamente no desenvolvimento do comércio local, hotelaria e restauração. Referiu igualmente que, no passado dia 31 de Agosto, foi apresentado aos Governos Português e Espanhol uma proposta de criação do Parque Natural do Guadiana Internacional, por várias Associações Ambientalistas Espanholas e Portuguesas, entre as quais a Almargem, AMA, etc., questionando de seguida o Sr. Presidente sobre o objectivo da criação desse parque, a contribuição dos ambientalistas para o bem estar dos Alcoutenejos e se os representantes legítimos das populações foram ouvidos. Referiu ainda que todos devemos concordar com a preservação da natureza e recursos ambientais mas não nos podemos esquecer que o ser humano faz parte integrante da mesma e por isso é necessário estar atentos à evolução deste projecto e acima de tudo reflectir sobre o mesmo, uma vez que poderá pôr em causa o desenvolvimento do concelho de Alcoutim. -----

----- O Vogal Sr. Dr. Idalécio Jacob, da Bancada do PS, usou da palavra para mencionar que as aguarelas oferecidas pela Autarquia são de facto representativas da qualidade e da imagem da paisagem do concelho de Alcoutim, sendo que era igualmente interessante ver outras localidades representadas. Continuou, referindo que o embelezamento da Vila de Alcoutim deve-se não só à beleza natural mas também ao contributo da Autarquia no arranjo paisagístico, contudo a aldeia de Martim Longo está um pouco esquecida, designadamente com estradas e edifícios públicos degradados etc,

sendo que é da opinião que deveria existir uma maior atenção para com as sedes de freguesia, para continuar a seguir o bom exemplo de Alcoutim. Questionou o Sr. Presidente da Câmara relativamente à continuação do Itinerário Complementar vinte e sete (IC27) até Beja e sobre a construção da ponte entre Alcoutim e San Lúcar. -----

----- A Vogal Sr<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Custódia André, da Bancada do PS interveio para mencionar que aceita a opinião das intervenções anteriores relativamente ao embelezamento da Vila de Alcoutim, mas que dado que a população se encontra repartida por todas as freguesias, o investimento na requalificação deveria ser também aplicado noutras freguesias. -----

----- A Vogal Sr<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Graça Pereira, da Bancada do PSD usou da palavra para congratular o Sr. Presidente pela página da Internet, uma vez que é uma visitante assídua, contudo é da opinião que deveriam ser colocadas algumas fotografias do concelho. -----

----- O Vogal Sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, interveio par frisar que o poder autárquico é constituído pela Câmara Municipal, pela Assembleia Municipal e pelas Juntas de Freguesia, e que por isso desafia todos os Srs. Presidentes de Junta para um debate franco e aberto relativamente aos projectos apresentados, verbas solicitadas e concedidas pelo Município, de modo a encontrar a razão justificativa das zonas que merecem um maior investimento. -----

----- O Vogal Sr. Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD, usou da palavra para mencionar que não sente que exista qualquer diferença entre Alcoutim e Martim Longo da parte da Autarquia, uma vez que também se realizam eventos importantíssimos na referida aldeia, como exemplo mencionou a realização da I Feira da Perdiz, no mês de Outubro, a construção da Escola Básica de Martim Longo, a Piscina

Municipal e mais recentemente a nova aposta da construção do Lar, na localidade de Martim Longo, o qual só mereceu aprovação apenas da Bancada do PSD. -----

----- O Vogal Sr. Idalécio Jacob, da Bancada do PS, interveio para referir que o concelho de Alcoutim, em tempos remotos, tinha uma actividade diferente, em que essa mesma actividade se multiplicava entre Alcoutim e Martim Longo, dando como exemplo os bailes realizados em Martim Longo por iniciativa própria. Finalizou referindo que os vogais do PS não estão contra a execução do Lar de Martim longo, como foi referido na intervenção anterior. -----

----- O Vogal Sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, usou da palavra para referir que o número populacional do concelho de Alcoutim é cada vez menor e a prova disso é o abandono que se sente por parte da camada mais jovem, que parte à procura de outras oportunidades e que muitas vezes as pessoas que cá vivem têm medo de “dar” a cara, propondo novamente um debate franco e aberto com os Srs. Presidentes de Junta. -----

----- A Vogal Sr<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Graça Pereira, da Bancada do PSD, interveio para questionar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Martim Longo relativamente ao embelezamento da Aldeia de Martim Longo e conclusão das obras, nomeadamente a lagoa, estradas, etc. ---

----- O Vogal Sr. Aníbal Carneira, da Bancada do PS, interveio para esclarecer que as obras da Aldeia de Martim Longo foram concluídas e que não existe mais nenhum projecto nem candidatura para continuar as obras, porque caso existisse a Junta de Freguesia teria executado mais. Quanto ao embelezamento, referiu que a Junta de Freguesia não tem verbas para embelezar a aldeia, uma vez que a Câmara Municipal só comparticipa uma percentagem. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, Dr. Francisco Amaral, interveio para esclarecer as dúvidas apontadas, tendo começado por mencionar que a Câmara Municipal já fez várias edições de serigrafias/aguarelas, designadamente sobre a etnografia do concelho e alusivas à feira da perdiz. Continuou, referindo que a 56.<sup>a</sup> Festa de Alcoutim correu da melhor forma, uma vez que o “figurino” já está encontrado, com os dias temáticos homenageado assim a crianças, idosos, juventude, espanhóis e o dia do Município, tendo ocorrido eventos culturais e desportivos em toda a Vila. Continuou, mencionando que o Plano Rodoviário Nacional parecia um processo simples, contudo está um pouco “embrulhado” por parte do próprio Governo e das Estradas de Portugal, devido há não existência de verbas e como tal, tudo isso se vem repercutir nas nossas estradas e na ponte entre Alcoutim e San Lúcar. Referiu ainda que no passado mês de Agosto teve uma reunião com o Governo, onde o Ministro das Obras Públicas referiu que a não construção da Ponte Alcoutim/San Lúcar tem a ver com o não entendimento entre Portugal e Espanha, e entre Sevilha e Madrid devido à regionalização, e como tal o assunto da ponte não pode ser debatido na Cimeira Ibérica. Quanto à Reserva Natural do Baixo Guadiana mencionou que foram as Associações Ambientalistas que se juntaram e solicitaram à União Europeia a criação de uma reserva natural que abarca toda a beira rio, sem auscultarem nenhuma opinião das Autarquias, e que só depois de enviarem a tomada de posição para Bruxelas é que solicitaram reuniões com as Autarquias. Continuou a sua intervenção referindo que existe um bairrismo salutar e um doentio, e que é da opinião que o bairrismo doentio se tem vindo a esbater-se nos últimos tempos, que tenta desenvolver o concelho de uma maneira justa e integra. Referiu igualmente que nos seus

mandatos tem tentado tratar as Juntas de Freguesia de igual forma e que no mês de Junho ou Julho a Câmara Municipal de Alcoutim foi confrontada com uma vontade explícita da Direcção Regional de Educação do Algarve (DREALG) no sentido de terminar com a educação pré-escolar itinerante no concelho de Alcoutim, contudo depois de existirem conversações entre a DREALG, a Autarquia e a Escola Básica de Alcoutim, esta resolveu manter a mesma durante mais um ano. No caso particular de Giões, mencionou que existia um compromisso inicialmente por parte da Autarquia com o Grupo Desportivo de Giões para ocupar as instalações da antiga Escola Primária, contudo, uma vez que os mesmos não dinamizaram o espaço e a Autarquia entende que a Escola não deve estar fechada, houve um entendimento para que fosse a Associação de Caçadores a desenvolver actividades para a população. Mencionou ainda que, desde o início houve conversações pacíficas entre a Escola e a Autarquia no sentido de arranjar um espaço para os 2 (dois) alunos da pré-escolar, contudo ficou espantado com a redacção do baixo assinado, uma vez que no seu teor existem mentiras que não correspondem à realidade, nomeadamente na deslocação das crianças para a aldeia do Pereiro, sendo que é da opinião que tomou a posição mais adequada ao ceder as instalações da Escola à Associação de Caçadores em prol da população local. Frisou que existem Câmaras Municipais que venderam as Escolas Primárias mas que a política da Edilidade nunca foi vender mas sim recuperá-las para entregar à população, dando como exemplo a aldeia do Pereiro uma vez que a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Junta de Freguesia do Pereiro, Ana Teixeira, tem desenvolvido actividades culturais e de animação fantásticas. Finalizou, mencionando que uma vez que a Autarquia tinha arranjado várias alternativas de espaços

dignos para as crianças da pré-escolar, não vê inconveniente em ceder as instalações a uma Associação de Caçadores que se comprometeram a dinamizar o espaço para a comunidade com actividades culturais, de animação e desportivas. -----

----- O Vogal Sr. Dr. Abílio Pires, da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU) interveio para referir que o interesse da escola é o interesse dos alunos e que de acordo com a avaliação realizada pelas famílias das crianças, a pré-escolar itinerante é uma mais valia para o concelho. Continuou referindo que a mesma tem modalidades de funcionamento específicas, uma vez que obriga a parcerias com outras entidades, e que a escola procura arranjar instalações para dar resposta às necessidades das famílias, sendo que existe sempre um acompanhamento e uma planificação por parte das educadoras de modo a preparar todo o ano lectivo. De seguida mencionou que devem ser acautelados os interesses dos alunos de modo a continuar a disponibilizar-se um espaço para os alunos da pré-escolar, e que o mesmo tenha condições para aprendizagem e para o bom sucesso educativo dos alunos. Quanto à questão da Escola do Pereiro, informou que numa primeira fase houve um acordo entre as educadoras e os encarregados de educação para a deslocação das 2 (duas) crianças para a localidade do Pereiro, contudo houve desenvolvimentos que o ultrapassam. Finalizou, apelando ao bom senso entre as partes envolvidas para continuar da melhor forma defendendo os interesses da escola. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para referir que a autarquia disponibilizou espaços dignos, para funcionar a pré-escolar, designadamente uma das salas da Junta de Freguesia e ou o Museu dos Farelos e que por isso é da opinião que a Escola Primária de Giões

seja cedida à Associação de Caçadores, para que comece a existir mais dinâmica cultural. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa entrou de imediato no período da ordem do dia. -----

----- **PONTO UM - Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a Actividade e Situação Financeira do Município:**

Neste ponto, o Sr. Presidente da Câmara leu a sua intervenção, a qual se encontra arquivada em pasta anexa à presente acta, cujo texto foi previamente distribuído aos Senhores Vogais. -----

----- **PONTO DOIS – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) - 2008:** Foi presente uma proposta do Sr. Presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante, no sentido que para os efeitos no n.º 1 do artigo 112.º, do CIMI, se fixe para o ano de 2008, as seguintes taxas: prédios urbanos 0,8% e prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,5%, bem como submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal, para os efeitos previstos no n.º 5 do referido artigo 112.º do CIMI. -----

----- O Vogal Sr. Idalécio Jacob, da Bancada do PS, interveio para mencionar que de acordo com a informação que obteve na sessão ordinária de Abril, a Câmara Municipal apresentou um saldo positivo no ano 2006 na ordem de € 1.427.890,33 (um milhão quatrocentos e vinte e sete mil oitocentos e noventa euros e trinta e três cêntimos), e que por isso entende que devem ser apresentados resultados para as pessoas que vivem no concelho, nomeadamente não taxando as pessoas que cá habitam com a percentagem mais elevada de IMI, uma vez que é dado aos contribuintes a possibilidade de não pagarem os 5% de IRS,

entende que faz todo o sentido também não serem taxados com o máximo, por isso vota contra a proposta apresentada. -----

----- O Vogal Sr. Eng.º Luís Carneira, da Bancada do PSD, interveio para referir que os 8% da proposta apresentada pela Câmara Municipal correspondem aos prédios urbanos não avaliados, nos termos do CIMI, ou seja um prédio urbano com 500 m<sup>2</sup> de construção desde que não seja avaliado e esteja valorizado em € 1.000,00 ou € 2.000,00 mil euros, sendo que os prédios que foram avaliados e bem valorizados recentemente vão pagar os 5%, por isso as pessoas que regularizaram a situação nos termos do CIMI vão pagar o mínimo. ----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com oito votos contra dos Vogais Srs. Custódia André, Idalécio Jacob, José Moreira, José Pereira, Humberto Costa, José Manuel, Aníbal Carneira e Ana Cavaco, da Bancada do PS e três abstenções dos Vogais Srs. Daniel Neves, da Bancada do PS, Fernando Faustino, da Bancada do PSD e Abílio Pires, da Bancada da CDU fixar a taxa de 0,8% para os prédios urbanos e 0,5% para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI. -----

----- **PONTO TRÊS – IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO/Designação de**

**Representante:** Foi presente um ofício da Divisão de Acção Social, Saúde e Educação, da Câmara Municipal, solicitando a designação de 4 (quatro) representantes, de entre cidadãos eleitores, para integrar a comissão em epígrafe, nos termos da alínea 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro. -----

----- O Presidente da Assembleia propôs os seguintes representantes: -----

----- Ana Cristina Ginga (Educadora de Infância); -----

----- Sandra Isabel Galrito (Acção Social); -----  
----- Sofia Matilde (Psicóloga da Câmara Municipal); -----  
----- Abílio Marques Pires (Professor na EBI de Alcoutim); -----  
----- Passou-se de seguida à votação por escrutínio secreto. -----  
----- Votantes: 18 (dezoito), no momento da votação; -----  
----- Posto o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por  
unanimidade, aprovar a proposta apresentada, com 18 (dezoito) votos  
a favor. -----  
-----

----- **PONTO QUATRO – ASSUNTOS DIVERSOS:** -----

----- **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS:** Foi presente uma  
proposta do Sr. Presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para  
todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta,  
no sentido de fixar para o ano de 2008 a participação variável no IRS  
em 0% para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 20.º da Lei das  
Finanças Locais, bem como submeter a presente proposta à aprovação  
da Assembleia Municipal, nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo  
53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela  
Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- O Vogal Idalécio Jacob, da Bancada do PS, usou da palavra,  
para mencionar que subscreve integralmente a proposta apresentada  
pela Câmara Municipal, uma vez que é um primeiro passo para  
combater a desertificação e que gostaria que os concelhos vizinhos  
não levassem a mesma proposta à Assembleia no sentido de incentivar  
a vinda de pessoas de fora para o concelho de Alcoutim. -----

----- O Presidente da Assembleia interveio para questionar o Sr.  
Presidente da Câmara relativamente à votação da Câmara Municipal

sobre este assunto, uma vez que não constava na certidão enviada à Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Presidente informou que a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com uma abstenção do Vogal Sr. Fernando Faustino, da Bancada do PSD, aprovar a referida proposta. -----

----- **SUSPENSÃO DE MANDATO:** Neste ponto foi apresentado o pedido de suspensão do mandato por um período de 4 (quatro) meses, na Assembleia Municipal de Alcoutim do Vogal Sr. Jorge Manuel Revez Inácio, eleito na Lista do Partido Social Democrata (PSD), conforme previsto nos artigos 77.º e 79.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Dado que a lei prevê a substituição do membro que requer a suspensão, pelo membro que se segue de imediato na lista, iniciou funções a Vogal Sr<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Graça Maria da Palma Pereira, por um período de 4 (quatro) meses. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável face à pretensão. -----

----- **Intervenção do Público:** -----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao público, para algum esclarecimento, tendo intervindo o Sr. Jacinto Gonçalves, residente em Giões, para esclarecer alguns pormenores relativos ao comunicado enviado à Câmara Municipal, referente à cedência de espaço e horário para a realização da Educação Pré-Escolar Itinerante. Frisou que os encarregados de educação só tomaram conhecimento da cedência da Escola Primária de Giões à Associação de Caça, na reunião que

tiveram com o Sr. Presidente da Câmara, e que se tivessem tido conhecimento prévio não o teriam redigido. -----

----- O Vogal Sr. Dr. Abílio Pires, da Bancada do CDU, Presidente do Executivo da Escola Básica Integrada de Alcoutim interveio para esclarecer que houve desde o início a concordância dos pais para a deslocação das crianças para o Pereiro, sendo que a Câmara Municipal não teve conhecimento dessa decisão. Referiu igualmente que a proposta inicial tinha como potenciais pólos a localidade do Pereiro, Giões e Farelos, e que a Autarquia sugeriu uma das salas da Escola Primária dos Farelos, contudo é da opinião que a deslocação das crianças para o pólo da localidade do Pereiro permitiria uma maior sociabilização entre as crianças e que os pais concordaram com a sugestão. Finalizou, referindo que concordou com a decisão da Câmara na cedência da sala dos Farelos, pois entende que o espaço é adequado e digno para as educadoras trabalharem, e desde que haja transporte aceitam a decisão, sendo que o horário da pré-escolar itinerante não é um horário normal mas sim um horário de itinerância, de apoio e de integração, dependendo sempre da devida autorização dos pais. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara interveio para esclarecer que a Autarquia não teve conhecimento dos acordos feitos entre a escola e os encarregados de educação, sendo que esse assunto nunca foi discutido, contudo a mesma arranjou 2 espaços alternativos e ainda não chegou nenhum pedido de transporte. -----

----- O Sr. Francisco Xavier, residente em Alcoutim, usou da palavra para referir que é importante a sociabilização das crianças pelo que se existe um espaço para colocar os 4 (quatro) alunos ao mesmo tempo, é da opinião que o devem fazer. -----

----- Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada, por volta das vinte horas e trinta minutos, mandando lavrar a presente acta, que depois de lida vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente

O Secretário